

FORMAÇÃO CONTINUADA E A LDB: UMA VISÃO A PARTIR DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

CONTINUING EDUCATION AND THE LDB: A VIEW FROM A PROFESSIONAL TECHNICAL EDUCATION INSTITUTION

LA FORMACIÓN CONTINUA Y LA LDB: UNA VISIÓN DESDE UNA INSTITUCIÓN DE EDUCACIÓN TÉCNICA PROFESIONALIZADORA

Fabio Lopes da Silva¹
Rodrigo Avella Ramirez²
Priscila Claudia de Jesus Antunes Baumann³
Adriana Salvanini⁴

Artigo recebido em fevereiro de 2025

Artigo aceito em junho de 2025

DOI: 10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v11n05_06

RESUMO

Com a introdução Lei de Diretrizes Base da Educação, Lei nº 9394, em 20 de dezembro de 1996, deu-se início ao debate acerca da formação político-pedagógica dos professores nas mais diversas áreas da educação, para tanto foi necessária uma discussão sobre a formação continuada destes profissionais, no sentido de que estes pudessem aperfeiçoar suas técnicas e práticas pedagógicas em sala de aula. Desta forma, o presente artigo visa investigar as práticas de formação continuada implementadas em uma instituição de ensino técnico profissionalizante do Estado de São Paulo, por meio da sua Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico - CETEC, mais especificamente da CETEC Capacitações, realizando uma análise qualitativa com enfoque em pesquisas bibliográficas e documentais sobre os impactos das certificações dos professores em relação ao programa de formação continuada da supracitada instituição e sua atuação em sala de aula.

Palavras-chave: LDB; Formação continuada; Professores.

¹ Mestrando do programa de mestrado profissional em gestão e desenvolvimento da Educação na Unidade de pós-graduação, extensão e pesquisa do Centro Paula Souza. E-mail: fabiolopes1984@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6042217365113650>. OrcId: 0009-0003-3034-3629.

² Professor Doutor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. E-mail: roram1000@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3875857514322336>. OrcId: 0000-0001-8468-2851.

³ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, Unidade de Pós-graduação, mestranda em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, professora do Senac. E-mail: priscila@baumann.net.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5022946092003970>. OrcId: 0009-0009-0841-6856.

⁴ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, Unidade de Pós-graduação, mestranda em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. E-mail: adriana.salvanini@cellep.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5275979856071564>. OrcId: 0009-0007-7314-5808.

ABSTRACT

With the introduction of the Basic Guidelines Law for Education, Law No. 9394, on December 20, 1996, the debate began on the political-pedagogical training of teachers in the most diverse areas of education. Therefore, a discussion was needed on the continuing education of these professionals, so that they could improve their pedagogical techniques and practices in the classroom. Thus, this article aims to investigate the continuing education practices implemented in a technical and vocational education institution in the State of São Paulo, through its Coordination of Secondary and Technical Education - CETEC, more specifically CETEC Capacitações, carrying out a qualitative analysis with a focus on bibliographic and documentary research on the impacts of teacher certifications in relation to the continuing education program of the aforementioned institution and their performance in the classroom.

Keywords: LDB; Continuing education; Teachers.

RESUMEN

Con la introducción de la Ley de Directrices de Educación Básica, Ley nº 9394, el 20 de diciembre de 1996, se inició el debate sobre la formación político-pedagógica de los docentes en las más diversas áreas de la educación, para lo cual fue necesaria una discusión sobre la continuidad formación de estos profesionales, para que puedan mejorar sus técnicas y prácticas pedagógicas en el aula. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo investigar las prácticas de educación continua implementadas en una institución de educación técnica profesional en el Estado de São Paulo, a través de su Coordinación de Educación Secundaria y Técnica - CETEC, más específicamente CETEC Capacitações, realizando un análisis cualitativo con foco en bibliografía y documental. investigación sobre los impactos de las certificaciones docentes en relación con el programa de educación continua de la mencionada institución y su desempeño en el aula.

Palabras clave: LDB; Educación continua; Docentes.

1 INTRODUÇÃO

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”. É com estas sábias palavras da autora Cora Coralina que iniciaremos este singelo artigo, no qual pretendemos investigar os efeitos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, em relação à formação continuada dos docentes de uma instituição de ensino técnico profissionalizante do Estado de São Paulo.

A referida instituição de ensino, sob ótica do Novo Código Civil, classifica-se como uma pessoa jurídica de direito público interno, ou seja, é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Atualmente, esta instituição de ensino técnico e tecnológico profissionalizante se faz presente em mais de 321 municípios do Estado de São Paulo, sendo 228 unidades de ensino técnico profissionalizante e 77 unidades de ensino superior profissionalizante, sendo contabilizados mais de 317 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos (CPS, 2024), respetivamente. As unidades de educação profissional técnica de nível médio articulada, fomentam cursos nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, a saber ensino técnico, integrado, médio e especialização técnica no formato presencial, semipresencial e online. Tais números são possíveis tendo vista a finalidade institucional atribuída a esta Autarquia e por programas de parceria fomentados pela instituição e demais órgão da geografia estadual na qual ela se encontra, como por exemplo, com os Municípios - Classes

Descentralizadas, ou com os demais órgãos da administração pública direta, como a Secretaria Estado de Educação por meio das Extensões e atualmente Cursos Intercomplementares, totalizando uma ação expressiva no que diz respeito ao cumprimento da meta 11 no Plano Nacional de Educação – PNE, ou seja ofertar significativamente a educação profissional e técnica de nível médio a todos os setores produtivos públicos e privados³.

Atualmente, a Autarquia do referido estudo possui por volta de 13.000 professores na ativa, atuando nos mais diversos campos do saber. Partindo desse cenário, o enfoque do nosso estudo se dará por meio de pesquisas bibliográficas, cuja base documental é de origem dos relatórios apresentados pela Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico - CETEC, subárea de capacitações, conhecida como CETEC Capacitações.

Nesse sentido, neste artigo, temos como objetivos específicos: a) verificar se há uma política de formação continuada em consonância com a nova LDB; b) analisar os dados apresentados pela CETEC Capacitações em relação à formação continuada dos docentes, c) comparar os relatórios de 2017 e 2018, e d) apontar se houve uma ampliação ou uma diminuição da oferta de capacitações para a formação destes profissionais nos últimos anos.

Portanto o presente estudo justifica-se pela necessidade que as organizações possuem em manter sua mão de obra qualificada e atualizada em relação as novas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes demandas pelo mercado globalizado. Para tanto a formação continuada dos profissionais de educação transformou-se em política institucional. Com o advento nova legislação para formação continuada e as novas tecnologias de informação e comunicação este processo acabou por acirrar-se e catalisar o processo de qualificação, obrigando as instituições a cada vez mais, investir em treinamento e desenvolvimento dos seus quadros funcionais, de forma a garantir a qualidade do ensino profissional técnico. Tendo isso em vista, essa pesquisa buscará mapear como essa questão é tratada no âmbito do *locus* de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se esta seção com informações históricas sobre a formação de professores no Brasil.

2.1 Formação de professores no Brasil

Para entendermos o impacto da LDB na formação continuada de professores, necessitamos analisar quando esse tipo de formação passou a ser considerada relevante. As origens do termo formação docente, datam no início do século XIX.

Antes que se fundassem escolas especificamente destinadas à formação de pessoal docente, encontra-se nas primeiras escolas de ensino mútuo – instaladas a partir de 1820 – (Bastos, 1997) – a preocupação de não somente ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. Essa foi realmente a primeira forma de preparação de professores (Tanuri, 2000).

A Revolução Francesa teve papel fundamental na promoção e disseminação de ideias ufanistas de liberdade, igualdade e fraternidade. Estes ideais acabaram por inflar os anseios da população francesa em relação à educação. Ou seja, por mais de cinco séculos, tais prerrogativas eram apenas dos nobres e do clero. A partir deste marco histórico, a educação seria trazida ao encontro das massas, e por consequência, os primeiros cursos para formação de docentes nas escolas normais, cujas trajetórias foram frágeis até a obrigatoriedade da instrução primária em 1870, ganhariam forma (Branco, 2007).

O letramento a partir do século XIX é recebido como política de Estado, cabendo a este prover a formação pelo menos nos seus níveis mais básicos. Nota-se uma transformação cultural por toda a Europa e pelas Américas, principalmente no Brasil sobretudo a partir do início do século XX, durante governo de Getúlio Vargas.

... o acesso à escola passa a ser considerado como um direito de todo cidadão e, comotal, um dever do Estado. O cumprimento desse dever assume, no final do século XIX, a forma da organização dos sistemas nacionais de ensino, entendidos como amplas redes de escolas articuladas vertical e horizontalmente tendo como função garantir a toda a população dos respectivos países o acesso à cultura letrada traduzido na erradicação do analfabetismo através da universalização da escola primária considerada, por isso mesmo, de frequência obrigatória [...] Foi somente após a Revolução de 1930 que a educação no Brasil começou a ser tratada como uma questão nacional dando-se precedência, porém, ao ensino secundário e superior já que foi só em 1946 que viemos a ter uma lei nacional relativa ao ensino primário (Saviani, 2000, p.2).

Todavia no que diz respeito ao conteúdo formativo, Libanê (1998) afirma:

Já na década de 60 podiam ser identificados treinamentos em métodos e técnicas para desenvolver a consciência do “eu” e dos outros, habilidades de relacionamento interpessoal, dinâmica de grupo, sensibilidade para captar as reações individuais e grupais, utilizando técnicas de sensibilização do docente para os aspectos afetivos da relação pedagógica [...] Durante os anos 70 foi forte a preocupação dos sistemas de ensino com as habilidades de elaborar planos de ensino, desenvolver habilidades em técnicas de ensino, instrução programada, recursos audiovisuais, técnicas de avaliação. (In: Revista de Educação AEC, Ano 27 – n. 109. AEC do Brasil).

O início dos anos 80 é marcado pelo fim da Ditadura Militar (1964-1985), neste contexto a população clamava por liberdade política e flexibilização das normas vigentes. Reformas educacionais ocorreram no Brasil e a organização de movimentos de educadores tornou-se mais consistente na busca por um projeto de formação docente voltado para a melhoria da educação (Branco, 2007).

Com o advento da Constituição Cidadã o tema educação passou a receber maior cuidado no que diz respeito à efetivação de uma política educacional sólida. Com o texto constitucional, a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado e da família, além de ser promovida

e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Carta Magna, 1988).

Em seu artigo 206, a Constituição Federal estabelece os princípios basilares da educação no Brasil, a saber:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamento, arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepção pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Outro momento significativo aconteceu nos anos 90. A Conferência Mundial de Educação para Todos, evento ocorrido na Tailândia, tornou-se um marco histórico na elaboração e execução de políticas educacionais destinadas prioritariamente à educação básica e à formação docente como tentativa de corrigir a ineficácia do sistema educacional mundial (Branco, 2007).

Popularmente entende-se que a formação continuada de professores sempre esteve ligada à formação de professores no sentido de se atualizar ou de manter uma educação permanente que permitisse passar para os alunos aqueles conhecimentos científicos atualizados (Prado e Freitas, 2010). Neste diapasão entre educação e formação continuada de docentes surge a proposta de uma nova legislação no sentido de barrar a ineficácia do sistema educacional brasileiro.

Os anos 90 passam a ser reflexo de um pensamento neoliberal que se propagou mundialmente. No Brasil, viveu-se um momento de inúmeras reformas no sistema educacional brasileiro, tendo a escola e a sociedade que se adequarem às novas exigências impostas pela fluidez do tempo e do espaço, bem como das relações (Prado e Freitas, 2010). Segundo Maués apud Prados e Freitas (2003), nesse período, a formação de professores teve de se adaptar às exigências e o nível superior passou a ser exigido dos docentes para que pudessem trabalhar em sala de aula. Ou seja, desde sua implementação, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem sofrendo alterações substanciais no que diz respeito à tipificação da formação continuada. Como podemos verificar na antiga orientação da referida lei, *in verbis*:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

De acordo com PENA (2011), a aprendizagem da docência não se dá de forma linear, mas é construída por um conjunto de determinações sociais que expressam os espaços que foram importantes na constituição das disposições a ensinar. Neste sentido, e verificando a LDB, podemos perceber que os artigos da referida lei já foram suprimidos pelas Leis nº 12.014 de 2009 e Lei nº 13.4015 de 2017. Vale ressaltar que o artigo 62, §2º da referida lei manteve a necessidade promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de educação.

Todavia estas alterações não resvalaram no artigo 67 da LDB, sendo este um capítulo próprio sobre a formação de professores:

Art.67- os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

[...] a atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo e equipes de uma ou mais escolas. (Referenciais para a Formação de Professores - Brasil, 1999c, p.131).

Vale destacar que os eventos supracitados, bem as reformas ocorridas no sistema educacional brasileiro são oriundas do processo de expansão de uma política globalizada pautada em ações neoliberais visando a redução do Estado (reformas) e por consequência uma maior eficiência do aparelho estatal. Tais diretrizes eram pautadas em privatizações de empresas estatais, diminuição da carga tributária, redução do protecionismo alfandegário, e abertura econômica. Pode parecer desconexo o tema reforma do estado e educação, porém eles estão intrinsecamente ligados e geraram consequências no campo educacional brasileiro. A LDB, no cenário de reformas neoliberais, representou a principal reforma implementada durante Governo Fernando Henrique Cardoso.

A formação continuada de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas.

2.2 Formação continuada – conceitos e visões

A OCDE(Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos), por exemplo, publicou um relatório com o título: Teachers matter: attracting, developing and retaining effective teachers (OCDE, 2005), em português, “Professores importam: atraindo, desenvolvendo e mantendo professores eficientes”.

Existe atualmente um volume considerável de pesquisa que indica que a qualidade dos professores e de seu ensino é o fator mais importante para explicar os resultados dos alunos. Existem também consideráveis evidências de que os professores variam em sua eficácia. As diferenças entre os resultados dos alunos às vezes são maiores dentro da própria escola do que entre escolas. O ensino é um trabalho exigente, e não é possível para qualquer um ser um professor eficaz e manter essa eficácia ao longo do tempo (OCDE, 2005, p. 12).

Deste trecho do relatório da OCDE, observa-se a preocupação em tornar a profissão docente mais interessante e atrativa, e não apenas em nível de formação inicial, mas especificamente em nível de formação continuada, uma vez que o trecho já faz menção à professores em atuação nas escolas.

De acordo com os levantamentos bibliográficos realizados por este estudo, pudemos verificar que conceitos de formação continuada muito se assemelham aos conceitos de treinamento empregados em gestão de pessoas, bem como elucida Chiavenato em sua obra: “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações”.

Segundo Certo (1994) apud Chiavenato, treinamento:

É o processo de desenvolver qualidades nos recursos humanos para habilitá-los a serem mais produtivos e contribuir melhor para o alcance dos objetivos organizacionais. O propósito do treinamento é aumentar a produtividade dos indivíduos em seus cargos influenciando seus comportamentos.

Partindo do mesmo pressuposto o autor apresenta Dessler (1997) que aponta como sendo o processo de ensinar aos novos empregados as habilidades básicas que eles necessitam para desempenhar seus cargos.

Uma visão mais sistemática é destacada por Chiavenato através das ideias de Ivancevich (1996), como sendo:

o processo sistemático de alterar comportamento dos empregados na direção do alcance dos objetivos organizacionais. O treinamento está relacionado com as atuais habilidades e capacidades exigidas pelo cargo. Sua orientação é ajudar os empregados a utilizarem suas principais habilidades e capacidades para serem bem-sucedidos.

Contudo Cenzo e Robins (1996), segundo alerta Chiavenato apresentam a ideia de experiência, para eles treinamento:

é a experiência aprendida que produz mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar o cargo. O treinamento pode envolver uma mudança de habilidades, conhecimentos,

atitudes ou comportamentos. Isso significa mudar aquilo que os empregados conhecem, como eles trabalham, suas atitudes perante o seu trabalho ou suas interações com os colegas e supervisores.

Contemporaneamente podemos compreender que o treinamento é considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas para que se tornem mais produtivas, criativas e inovadoras, a fim de contribuir para os objetivos organizacionais e se tornarem cada vez mais valiosas (Millkovich; Boudreau, 2013).

Já o desenvolvimento é o processo de longo prazo para aperfeiçoar as capacidades e motivações dos empregados a fim de torná-los futuros membros valiosos da organização (Millkovic; Boudreau, 2013). O desenvolvimento inclui não apenas o treinamento, mas também a carreira e outras experiências. O interesse, a motivação e a emoção conduzem à aprendizagem, e desse modo, ao desenvolvimento pessoal (Alheit, 2006). A formação continuada de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma estratégia que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas.

Imbernón (2009) enfatiza que qualquer projeto de formação continuada não poderia se separar das políticas que incidem nos docentes. Isto é, uma formação que seja viva e dinâmica, além de útil, precisa estar unida a uma carreira profissional ou estatuto da função docente que inclua incentivos profissionais e promoção (vertical em diversas etapas e horizontal na mesma etapa) que recompense o empenho daqueles professores que realizam práticas alternativas de formação que levem, inclusive, à inovação.

Como pudemos demonstrar o conceito de formação continuada reflete as ideias do treinamento e desenvolvimento dos profissionais de educação, uma vez que se entende a formação continuada, como atitude fundamental para o exercício profissional docente no intuito de estimular a busca do conhecimento e o aprimoramento da prática pedagógica.

3 MÉTODO

O presente artigo optou por analisar questões de natureza teórica e empírica acerca do tema, visando verificar se, durante os anos 2014 a 2018, a órgão de ensino profissionalizante investiu em políticas de formação continuada para seus docentes. O caminho escolhido para esta pesquisa baseou-se em dois tipos de levantamento. Em primeiro lugar, realizou-se o levantamento bibliográfico e documental, tendo por base livros, artigos e periódicos relacionados ao tema formação de formadores e formação continuada de docentes, especialmente na literatura que se refere após os anos 90, e que faziam alusão à Constituição de 1988 e às reformas oriundas do sistema educacional pós LDB.

Em uma segunda etapa, realizamos o levantamento de caráter empírico que envolveu informações sobre a legislação e os relatórios CETEC Capacitações – Reunião de Resultados dos anos de 2017 e 2018, bem como observações das relações de trabalho do sistema de formação continuada apresentadas pela CETEC.

Tal pesquisa é de natureza exploratória, pois o tema é escasso no que diz respeito a educação profissional técnica. Tendo como método principal utilizado o de natureza qualitativa,

pois estes são mais indicados para as investigações de perspectiva interpretativa ou crítica (Teixeira, 2003).

O último passo do processo de análise foi a interpretação dos dados, conforme classificação apresentada por Gil (1999), diz respeito à interpretação dos dados propriamente dita. Na pesquisa em tela revelam empiricamente os processos de formação continuado do CPS e suas projeções futuras.

Os instrumentos de análise de dados baseiam-se no método comparativo. Tal procedimento é conhecido como principal meio para comparar informações e possivelmente destacar divergências teóricas, ou as similaridades apresentadas entre os autores escolhidos, buscando algumas conclusões a partir dos autores e dos dados apresentado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com advento da política de formação de formadores implementada pela LDB, o Centro Paulo Souza viu a necessidade de criar um setor responsável pela formação continuada de seus docentes. Vinculada à Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico, a Cetec Capacitações vem desenvolvendo um programa permanente de capacitação para professores, com o objetivo de manter os cursos profissionalizantes das Escolas Técnicas de ensino profissionalizante, bem como das Faculdades de Tecnologia, de tal sorte que permaneçam atualizados tecnologicamente e de acordo com as necessidades do mercado de trabalho (CPS, 2019).

Vale destacar que participação não é exclusivamente ofertada aos docentes da instituição *mater*, ou seja, outras instituições públicas, privadas e outros interessados podem participar, a partir de um acordo prévio de cooperação que pode ser feito mediante contato direto com a Instituição (CPS, 2019).

Nos idos de 2014, percebeu-se a necessidade de demonstrar empiricamente os dados relativos à emissão de certificados, para tanto iniciou-se um processo de apuração numérica dos resultados apresentados nos relatórios de 2017 e 2018 apresentados pela Cetec Capacitações, os quais foram baseados nos seguintes itens: ano, certificados, número de pessoas atendidas e número de unidade atendidas. Conforme Tabela 1.

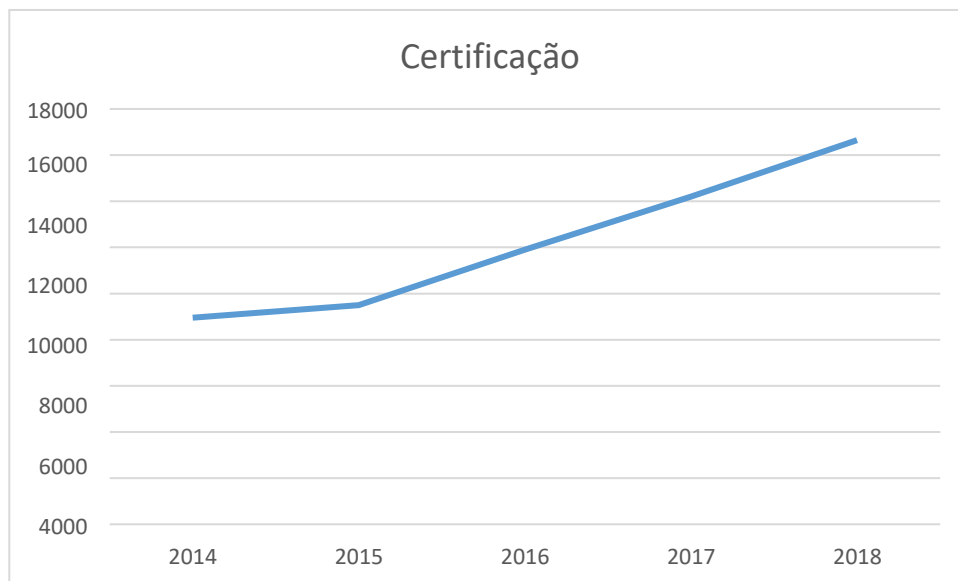
Tabela 1 - Certificados

Ano	Certificados	Pessoas Atendidas	Unidades Atendidas
2014	8947	5981	
2015	9495	6686	
2016	11896	-	279
2017	14196	-	284
2018	16642	-	288
TOTAL	61176		

Fonte: adaptado de Relatório Cetec Capacitações 2017-2018

Verifica-se através dos dados coletados os anos subsequentes refletem os investimentos realizados nas diversas áreas do conhecimento no que diz respeito à oferta de treinamento e certificação de docentes via instituição de estudo. É pertinente destacar que quando falamos em certificação, dizemos que o usuário se inscreve em algum curso de seu interesse e conclui o mesmo, descartando assim da nossa amostra os possíveis casos em que o professor não tenha concluído o curso de atualização pretendido. Vejamos os índices de certificação no período de 2014 a 2018 (Gráfico 1).

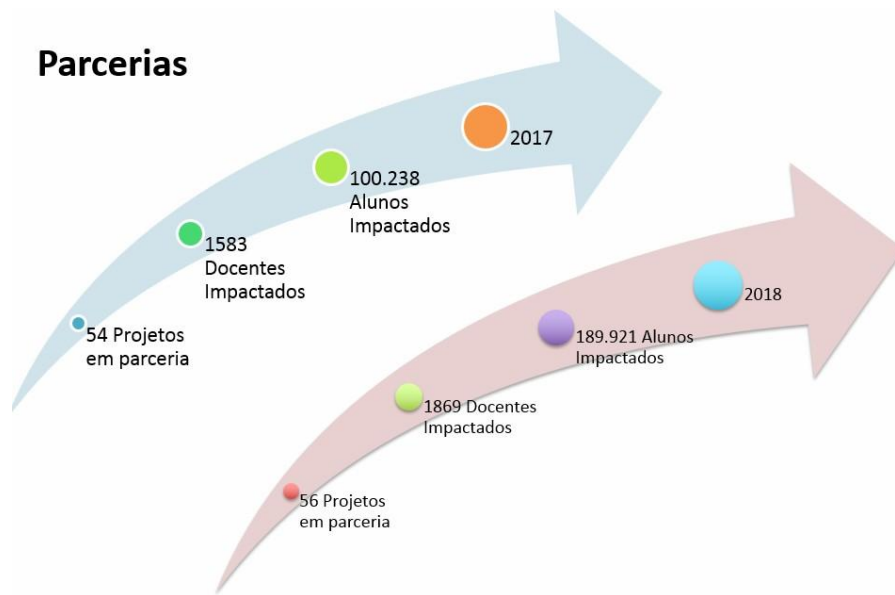
Gráfico 1 - Certificações



Fonte: os autores (2024)

Os resultados das projeções gráficas tornam-se inquietantes quando analisamos o quadriênio (2014-2018). Por isso nos perguntamos: como a Cetec Capacitações saltara de 8.947 certificados para 16.642 certificados neste período? Como podemos verificar o salto foi de 186% em relação ao início do programa. Tal explicação se daria através dos relatórios apresentados nos anos de 2017 e 2018, durante as reuniões de resultados apresentadas ao Coordenador de Ensino Médio e Técnico e a Superintendente da instituição de pesquisa. Como pudemos verificar, o impulsionamento das certificações nestes anos se deu de maneira vertiginosa e foi fruto da inclusão de parcerias com os mais diversos setores da sociedade, de natureza pública ou privada, ver Figura 1.

Figura 1 - Parcerias



Fonte: Relatório Cetec Capacitações (2018)

Juntando os anos de 2017 e 2018, infere-se 110 parcerias dentre públicas e privadas, 3.452 docentes impactados diretamente através do programa de formação continuada da Autarquia objeto deste estudo. Ademais, 290.159 estudantes foram impactados indiretamente, ou seja, estes discentes tiveram a oportunidade de colher em sala de aula novas experiências, vivências e conhecimentos adquiridos durante o processo de atualização profissional de seus mestres. É importante destacar que o processo de ensino e aprendizagem é cíclico, cabendo tanto aos docentes como os discentes realizarem atualizações profissionais recorrentemente. A empregabilidade no mundo globalizado diz respeito à capacidade do ser humano de se adaptar às novas competências, habilidades e atitudes que o mercado de trabalho exige.

Para 2019 pretende-se avançar ainda mais, fazendo uma projeção de 3.335 docentes impactados, conforme relatório de 2018 apresentado pelo Cetec Capacitações.

Como pudemos verificar por meio da análise dos dados apresentados pela Cetec, os objetivos iniciais de pesquisa apresentados foram atingidos, pois no decorrer do período estudado podemos verificar o aumento significativo de emissão de certificados com a finalidade de corroborar na formação continuada e atualização profissional destes docentes. Os cursos oferecidos colaboraram com a formação dos professores das áreas de controle e processos industriais, gestão e negócios, ambiente e saúde, informação e comunicação, produção cultural e cultural e design, psicologia, recursos naturais, segurança, turismo e lazer, núcleo comum (ensino médio), pedagogia e temas transversais a educação, em sua grande maioria ofertados na modalidade presencial ou semipresencial com utilização de ferramentas EaD, tais como: Moodle, AVA e Mooc, em sua maioria estes são cursos de curta duração podendo variar de 8 a 40h. Como podemos verificar os cursos foram oferecidos nos mais diversos eixos de conhecimento ofertados pela instituição de ensino, de forma a democratizar e incentivar a formação continuada de mais 12.976 docentes. Ao término do período foram emitidos 61.176 certificados pela Cetec Capacitações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por finalidade verificar os impactos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, no que diz respeito à formação continuada dos docentes.

A década de 90 é marcada por uma discussão neoliberal em relação à eficiência do Estado, neste contexto surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma legislação mais moderna, e em um de seus capítulos reservou artigos explícitos em relação a formação continuada de docentes do sistema educacional brasileiro. Cabe destacar que antes da LDB o tema ainda não havia sido implementado com política de Estado. Tal impulsionamento é oriundo da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, pois a partir deste marco histórico muitos países incluíram em sua legislação necessidade de formação e atualização dos profissionais da área educacional, como foi o caso do Brasil.

Neste sentido, a Autarquia de ensino profissionalizante seguiu as novas exigências mundiais e nacionais em relação à formação continuada de docentes. Para tanto, estruturou em seu organograma institucional a Cetec Capacitações, um setor específico para o fomento da formação continuada de seus docentes. A Cetec Capacitações, hoje possui estrutura própria como prédio, colaboradores e orçamento com o intuito de executar as suas próprias políticas de formação continuada.

Os anos de 2017 e 2018, foram positivos para a instituição sob o aspecto da formação continuada dos professores, como podemos verificar através do Relatório de Reunião de Resultados 2017 e 2018 – CETEC Capacitações. Juntando o número de certificações de 2017 e 2018, chegou-se à marca de 30.838 certificados emitidos pela Cetec Capacitações, o que representou mais de 3.452 docentes impactados diretamente pelo programa. Também é importante destacar os impactos indiretos destas atualizações, pois os docentes que as fazem prezam pela qualidade da sua formação e pela possibilidade de ministrarem aulas mais atuais e consonantes às exigências do mercado de trabalho, neste sentido foram atingidos 290.159 estudantes em sala de aula.

Podemos inferir através da pesquisa que o Centro Paula Souza se adequou às exigências da LDB, tal percepção justifica-se através dos dados empíricos coletados nos relatórios da Cetec Capacitações, que dizem respeito aos de 2017 e 2018. Como pudemos verificar, o quadriênio (2014-2018) é marcado pela expansão da oferta de capacitações na Autarquia. Uma justificativa plausível para o processo de expansão da formação continuada dos professores se dá pelo aumento de parcerias público e privadas que a instituição realizou no período.

Por fim, é importante destacarmos a relevância do investimento na formação continuada dos professores e seus impactos pedagógicos. Podemos concluir que professores qualificados têm a possibilidade de ministrar aulas mais atualizadas e dinâmicas, ou seja, as práticas pedagógicas são mais efetivas e eficientes em sala.

Portanto, como podemos perceber nos últimos anos o investiu-se drasticamente na formação continuada de seus professores, de forma a não somente atender às especificações contidas na lei, mas no intuito de um processo educacional de longo prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada, por meio da qual os colaboradores aprendam conhecimentos, atitudes e competências relevantes para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática sob o aspecto do saber.

6 REFERÊNCIAS

- ALHEIT Peter; DAUSIEN Bettina. **Processo de formação e aprendizagem ao longo da vida**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 177-197, jan./abr. 2006.
- BRANCO, Cristina. **Formação Continuada de Professores**: focalizando a relação teórico-prática. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cristina_branco.pdf> . Acessado em 21 de jun. 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Abril/2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: Abril/2024.
- BRASIL. **Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: Abril/2024.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Centro Paula Souza/Home/Institucional/Funções e Competências**. Disponível em: < <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>>. Acesso Abril/2024.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Unidade de Ensino Médio e Técnico**. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/>>. Acesso Abril/2024.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Relatório CETEC Capacitações – Reunião de Resultados2017/Projeções 2018.**, ano 2017 (13 de dezembro de 2017).
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Relatório CETEC Capacitações – Reunião de Resultados2018/Projeções 2019.**, ano 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações** – 3.ed, Rio de Janeiro, 2010.
- DASSOLER, Olmira B., LIMA Denise M.S., **Formação e a profissionalização docente: características, ousadia e saberes** . Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3171/522>>ano 2012 . Acesso Abr/2024.
- GIL, A .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A .C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.
- IMBERNÓN,F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo, Cortez, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. Fórum Brasil de Educação. **O projeto de educação Nacional: a desatenção aos critérios de qualidade das aprendizagens escolares**. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/livros/conferências/mostra_documento>. Acessado em 22 jun. 2019.

LELIS, I. **Convergências e tensões nas pesquisas sobre aprendizagem da docência**. In: DALBEN, A. L.; DINIZ, J.; LEAL, L.; SANTOS, L. (Org.). Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

MILKOVICH, G.T, BOUDREAU, J.W. **Administração de recursos humanos**. – 1.ed.,11 reimpr. São Paulo, Atlas, 2013.

OCDE. **Teachers Matter . Attracting, developing and retaining effective teachers**. Disponível em <https://www.oecd.org/education/school/34990905.pdf>. Acesso em Apr.2024.

PENA, Geralda A.C. **Formação docente a aprendizagem da docência: um olhar sobre a educação profissional**. Rev. Educação em perspectiva, Viçosa, v.2, n.1, p.98-118, jan./jun.2011. Disponível em <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/122/51> >. Acesso em 25 mai.2019.

PRADA, Luis E.A., FREITAS, Thaís C., FREITAS, Cinara A., **Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.Disponível em < <http://www.redalyc.org/html/1891/189114449009/> >. Acesso em 10 de jun.2019.

SAVIANI, Dermeval **Escola e Democracia**. 8ª. ed. São Paulo, SP. Cortez/Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval . **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18ª. ed.São Paulo, SP. Cortez/Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Editora Autores ASSOCIADOS. 9ª Edição. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI**.

Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 3, jul. 2001.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, n. 14, mai/jun/jul/ago de 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar), p. 61-88.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí , ano1 , n. 2, jul./dez., ano 2003.